

LEI N.º 4.804 , de 20 de dezembro de 1985

Cria cargos nos Quadros de Pessoal das Secretarias do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça, e dá outras providências.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 19 - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Se cretaria do Tribunal de Justiça, no Grupo: Outras Atividades Técnico Científicas, Código: TJ-ATC-300, dezessete (17) cargos de Assistente Judiciário, Código: ATC-307 e quatro (04) cargos de Odontólogo, Código: ATC-308, com níveis e vencimentos fixados de acordo com o Anexo I, Tabela 2, da Lei nº 4.713, de 20 de junho de 1985.

Art. 29 - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, no Grupo: Direção e Assessoramento Superior, Código: CJ-DAS-100, dois (02) cargos de Assessor Jurídico, nível 2, com vencimento e representação fixados em Lei.

Parágrafo Único - ... VETADO

Art. 39 - Fica criado no Anexo VI, da Lei n9 4.673, de 09 de janeiro de 1985, uma Função Gratificada, Símbolo F-3, de Chefe do Serviço de Preparo de Salas de Sessões de Julgamento.

Art. 49 - As Funções Gratificadas de Chefe de Serviço de Transporte, Símbolo F-3, e Chefe da Seção de Limpeza e Conservação, Símbolo F-4, constantes do Anexo VI, da Lei nº 4.673, de 09 de janeiro de 1985, ficam transformadas, respectivamente, em Chefe do Setor de Transporte, Símbolo F-2 e Chefe do Serviço de Limpeza e Conservação, Símbolo F-3.

PUBLICADO NO D. OFICIAL
DESTA DATA
EM 211 12 | 1985
SECRETARIA DO GOVERNO
24-12-85



Art. 59 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Tribunal de Justiça.

Art. 69 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 20 de dezembro de 1985; 979 da Proclamação da República.

Severino Judivan Cabral de Souza Secretário do Interior e Justiça

GOVERNADON



VETO PARCIAL

Veto do Poder Executivo à emenda oferecida ao Projeto de Lei Nº 128/85 pelo Poder Legislativo.

A emenda oferecida ao Projeto de Lei nº 128/85 oriundo do EGREGIO TRIBUNAL DE JUSTICA que consiste em acres cer um paragrafo ao art. 2º não merece aprovação do Executivo porque calém de quebrar velha praxe que preserva a independência a a harmonia dos Poderes, preceitos de ordem costitucional, fere tambem frontalmente prerrogativas do referido or gão, cuja Secretaria é organizada e mantida por ele com base no art. 155 nº II da Constituição Federal.

Sendo assim, com base no art. 35 da Constitui \_ ção Estadual aponho o meu veto a emenda oferecida que adicio\_ na um paragrafo ao abtigo 29 do Diploma em referência, fican do sancionado os demais artigos.

Publique-se e comunique-se à Presidência da Egrégia Assembleia Legislativa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para os fins legais.

João Pessoa, 20 de dezembro de 1985

VILSON LEITE BARA GOVERNADOR

